



# Anais da Assembléia

Nº 69

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 11 DE JUNHO DE 1.981

ANO V

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 64ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 1.981.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Antônio Facci e Tadeu Lúcio Machado.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airtton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (56), achando-se ausentes, em licença, os Srs. Deputados José Tavares e Valduga. (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### OFÍCIOS:

Sob os nºs DTL/27, 28, 29, 30, 31, 32 e 33/81, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO OS PROJETOS DE LEI, sob os seguintes números:

06/81: DO PODER EXECUTIVO, que doa à Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR, parte do imóvel denominado Caieira, situado no Município de GUARATUBA, ainda doa à Fundação Educacional do Paraná — FUNDEPAR, parte do referido imóvel Caieira, o qual convertido em Lei tomou o número 7.457. — Anote-se. Arquite-se.

160/80: Do Sr. Deputado DAVID CHERIEGATE, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO CASCAVELENSE DE AMIGOS DE SURDOS — ACAS, com sede e foro na Cidade de CASCAVEL, o qual convertido em Lei tomou o número 7.456. — Anote-se. Arquite-se.

174/80. Do Sr. Deputado WERNER WANDERER, que declara de utilidade pública a FUNDAÇÃO EDUCA-

CIONAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON — FUNDEMAR, com sede e foro na Cidade de MARECHAL CÂNDIDO RONDON, o qual convertido em Lei tomou o número 7.452. Anote-se. Arquite-se.

111/80: Do Sr. Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE MARIALVA, com sede e foro na Cidade de MARIALVA, o qual convertido em Lei tomou o número 7.451. — Anote-se. Arquite-se.

176/80: Do Sr. Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA, que declara de utilidade pública o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS — S.O.S., com sede na Cidade de PÉROLA, o qual convertido em Lei tomou o número 7.450. Anote-se. Arquite-se.

159/80: Do Sr. Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE ASTORGA, com sede e foro na Cidade de ASTORGA, o qual convertido em Lei tomou o número 7.453. — Anote-se. Arquite-se.

175/80: Do Sr. Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS com sede e foro na Cidade de PÉROLA — A.P.A.E., o qual convertido em Lei tomou o número 7.454. — Anote-se. Arquite-se.

## REQUERIMENTOS:

### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOSÉ CASAGRANDE, ocorrido em 11 de junho do corrente, em Cascavel.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1.981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

## JUSTIFICATIVA:

O falecimento do Sr. José Casagrande, constitui uma grande perda para a sociedade cascavelense, na qual gozava de elevado conceito.

Sendo um dos pioneiros daquele município, prestou relevantes serviços no ramo hoteleiro, colaborando imensamente para o desenvolvimento de Cascavel.

Pela exemplar vida comunitária, religiosa e comercial José Casagrande deixou um claro nos círculos de amizade de que privava.

Consistindo o seu passamento numa grande perda para Cascavel, cidade que representamos nesta Casa, nada mais justo que a Assembléia Legislativa do Estado lhe renda esta última e sincera homenagem.

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER que Vossa Excelência determine as providências estabelecidas nos artigos 105 e seguintes, do Regimento

Interno, no sentido de ser incluído na Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 196/79, ao qual o Plenário concedeu regime de urgência.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1.981.

(a) ANTÔNIO FACCI.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ciência e aprovação do Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um VOTO DE LOUVOR à professora Zélia Milleo Pavão, da Universidade Federal do Paraná, por sua manifestação a respeito dos desvios da Pré-Escola em nosso País, e que foi objeto de reportagem pelo jornal "Gazeta do Povo", sob o título "Pré-Escola não cumpre os seus objetivos".

A referida mestra, demonstra muito bem, que a alfabetização de crianças pelos jardins de infância são verdadeiros vestibulares à primeira série do primeiro grau.

Segundo a professora Zélia, a pré-escola está se afastando do seu verdadeiro objetivo e existem até jardins de infância que vêm mantendo convênios com grandes colégios, no sentido de preparar as crianças para ingressarem nestes estabelecimentos, como se estivesse se preparando para um vestibular.

Requer, outrossim, que se dê ciência à professora em questão, bem como à Direção da UFP.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1.981.

(a) DENI SCHWARTZ.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de aplauso ao Programa "PARANÁ AQUI E AGORA", da TV IGUAÇU - CANAL 4, comandado pelo jornalista MILTON IVAN e apresentado pelo Sr. ARI SOARES.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1.981.

(a) NESTOR BAPTISTA.

#### JUSTIFICATIVA:

Criado e produzido por gente desta terra, o Programa "PARANÁ AQUI E AGORA", além de abrir caminho para os profissionais da imprensa, gerando empregos, proporcionando oportunidades reais de trabalho, merece nossa atenção por ter se tornado uma autêntica tribuna popular, pois ali são apresentados os mais diferentes aspectos do dia-a-dia do homem araucariano, abordando aspectos sociais, econômicos, culturais dentro da realidade atual.

O produtor do programa, jornalista MILTON IVAN e seu apresentador ARI SOARES, têm conduzido as audições do "PARANÁ AQUI E AGORA", com absoluta imparcialidade, atendendo realmente as reivindicações do público que procura esta tribuna.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas atribuições regimentais, REQUER ao Sr. Secretário da Segurança Pública a ordem de remoção imediata do Delegado de Polícia de Santa Helena, Bacharel Oscar Pacheco dos Santos, em vista da permanente ameaça de quebra da tranquilidade pública, por atos de violência e de corrupção, conforme documentação anexa, que vêm sendo praticados, e que também já o foram em outros municípios onde o indigitado já serviu.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1.981.

(a) EDILSON ALENCAR.

#### JUSTIFICATIVA:

O relato oral, com base na documentação anexa, comprova que o Bacharel Oscar Pacheco dos Santos não tem idoneidade moral para exercer o cargo de Delegado de Polícia.

Em todos os municípios onde esteve, cometeu uma série de tropelias, violências e azaques contra vítimas indefesas, de alguns de cujos crimes veio a ser condenado pela Justiça de Cianorte e de Assis Chateaubriand, enquanto outros processos estão em andamento em Pato Branco, Guarapuava etc.

Figuram, no elenco desses crimes, emissão de cheques sem fundo, prisões ilegais, torturas em "pau-de-arara" e forçando presos a ingerirem óleo queimado, tão somente para que, arrebatados fisicamente e atemorizados pela ameaça de repetição das torturas, induzissem as famílias a pagarem o alto preço que o Delegado de Polícia sempre exige.

A população de Santa Helena, onde se encontra atualmente o bacharel-delegado, está desesperada, pelo que vem sofrendo em arbitrariedades e em atos de corrupção.

Um Delegado de Polícia representa a manutenção da ordem e da segurança pública. Quando deixa de corresponder, e põe em risco justamente a ordem e a segurança pública está na hora de ser afastado e recolhido.

No interesse do bem-estar da coletividade, a população de Santa Helena pede a saída do bacharel Oscar Pacheco dos Santos.

O nosso requerimento é constitucional, e de grande alcance social, de modo que confiamos na sua aprovação pelos dignos Pares desta Casa.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, manifestação deste Poder Legislativo dirigida ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura Amaury Stábile, encarecendo a necessidade de que a COBAL compre estoques de carne suína para venda em sua rede de mercado em todo o País.

Compra a ser feita diretamente dos produtores de suínos, na fonte, e sob inspeção federal, para frigorificação e venda da carne verde aos consumidores pela COBAL. Como forma de atendimento direto aos consumidores, a baixo preço.

Nesta sugestão ao Sr. Ministro da Agricultura, encarece-se a necessidade de que o pagamento da carne suína seja de Cr\$ 80,00 o quilo, para revenda popular na base de Cr\$ 100,00, cumprindo-se o preço fixado ao produtor pelo próprio Governo, e que vem sendo desrespeitado pelo "dumping" da indústria de transformação e frigorificação que funciona como atravessadora do comércio de suínos.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1.981.

(a) DENI SCHWARTZ.

#### JUSTIFICATIVA:

De maneira muito mais agressiva do que a própria indústria automobilística, que se transformou em cartel de mercadorias e preços, os compradores de suínos vêm impondo a baixa nos preços de porco, chegando hoje a pagar Cr\$ 49,00 o quilo do suíno considerado de primeira e apenas Cr\$ 40,00 para o chamado de segunda.

É uma situação alarmante e abusiva, apontando o Governo Federal como conivente com esse "dumping" e as manobras especulativas de atravessadores na transformação e comercialização de suínos, com evidentes prejuízos para os consumidores e os produtores.

Não se pode permitir que persista tal situação, que não beneficia a grande maioria dos brasileiros carentes de proteínas à mesa e estrangula a produção nacional de suínos.

E só há um caminho para a solução do problema: a interferência do Governo Federal na tentativa de "estabelecer as leis de mercado", deixando de submeter-se às leis do mono-

polismo especulativo.

O Governo tem instrumentos para corrigir esta grave distorsão de nossa economia e não pode mais omitir-se na conveniência com a especulação de alimentos.

E tem também os instrumentos para a correção, começando pela COBAL, que foi criada com esse objetivo.

É o que exigimos do Governo Federal.

#### PROJETO DE LEI.

PROJETO DE LEI Nº 58/81.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica extinto o Distrito Administrativo de Soares, do Município de Rio Azul.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1.981.

(a) JOÃO MANSUR.

#### JUSTIFICATIVA:

A última divisão judiciária extinguiu o Distrito Judiciário de Soares.

Em se tratando de município de pequenas dimensões territoriais, nada justifica a permanência de um Distrito Administrativo, razão pela qual se propõe, nesta oportunidade, sua derrogação.

Esta é uma decisão dos órgãos dirigentes do Município de Rio Azul, conforme evidencia a Resolução nº 01/81, de 07 de maio de 1.981, que anexamos, ainda que sua validade se restrinja, como deve, a comprovar a manifestação dessa vontade.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado David Cheriegate, inscrito.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Trago hoje a esta Assembléia Legislativa o nosso testemunho da ampla repercussão alcançada em todo o Oeste paranaense pela visita do Governador Ney Braga a Cascavel, no último dia 5, quando ali se instalou o Governo do Estado durante o dia de despachos de sua Excelência e dos seus Secretários.

Foi dos mais positivos o saldo desse encontro memorável do grande Líder político com as multidões que o aclamaram, confirmando o inconfundível carisma de Ney Braga que se projeta como o grande baluarte para as eleições de 1.982.

Inúmeros convênios da mais alta importância para o progresso dos municípios oestinos foram firmados através de diferentes pastas, traduzidos em valores substanciais que montam a doze bilhões a serem liberados até 31 de dezembro deste ano.

Foram contemplados com recursos os setores rodoviários, da saúde, ensino, eletrificação rural e saneamento básico.

Mas especial ênfase o Sr. Governador emprestou à questão fundiária, que foi a gigantesca batalha do seu primeiro governo marcado pelo implacável combate ao jaguncismo que ensanguentou as terras do Oeste-Sudoeste do Paraná.

Ainda agora Ney Braga se preocupa com a titulação de áreas ainda remanescentes de antigas disputas, de velhos litígios, ele que chegou a titular quarenta mil propriedades na década de 60, já entregou mais vinte mil títulos nos dois anos da atual administração e pretende regularizar definitivamente mais cinquenta mil propriedades até o final de sua gestão.

Tal preocupação em favor da paz social para o homem do campo tem a virtude de propiciar um clima favorável a estupenda produção agrícola que faz o nosso Estado o celeiro

do País, ao mesmo tempo que assegura a estabilidade da família rural em seu meio, evitando as migrações tão danosas aos grandes centros urbanos.

E Ney Braga teve a oportunidade de receber carinhosas manifestações de reconhecimento da parte das populações que sempre tiveram o Governador a seu lado, não apenas fisicamente, mas espiritualmente e também através das obras de grande envergadura que o Estado tem oferecido para prestar apoio ao desenvolvimento regional.

Assinale-se a liberação imediata de verbas para continuidade das obras do Hospital Regional, no valor de cinquenta e sete milhões de cruzeiros, para a construção do novo terminal rodoviário de Cascavel, no montante de oitenta milhões dos quais cinquenta por cento agora repassados à Prefeitura Municipal, para construção e reforma de prédios escolares, pavimentação de rodovias para escoar as safras agrícolas, ampliação do potencial de energia elétrica, o que permitirá a subestação de Cascavel garantir a implantação de novas indústrias que irão gerar empregos e levar luz elétrica a todas as propriedades rurais, conclusão de aeroportos, instalação de microsistemas de abastecimento de água em diversos municípios do Oeste, construção de novos postos de saúde, instalação de novos centros sociais urbanos e construção de ginásios e quadras de esportes por toda vastidão territorial compreendida pelos vinte municípios de nossa microrregião.

Mas o que é acima de tudo relevante no trabalho de Ney Braga e de seu dinâmico Governo, Sr. Presidente, e que merece nossos aplausos é a maneira com que sabe conduzir as realizações administrativas tomando por escopo e meta fundamentais o ser humano, dentro da filosófica da dignificação e da valorização do homem sem o que estaria irremediavelmente comprometida a própria finalidade do Estado democrático.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos, inscrito.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A União tem interferido nas administrações Estaduais e Municipais, com caráter de tutela, em vez de circunscrever-se à limitação e à atenuação de dificuldades regionais. Essa crescente centralização do poder, em detrimento da autonomia dos Estados, e, sobretudo dos Municípios, tem como instrumento, entre outros, a dependência criada pelas transferências de receitas tributárias, agravada sua vinculação pelos encargos que as acompanham.

O princípio consagrado na Carta Magna, que tal como ocorre num organismo vivo, as funções dos órgãos componentes de um país, também devem ser específicas e acopladas, vêm sendo gradualmente deturpadas pela legislação específica, sobre tudo a tributária, onde se usurpa os direitos dos Estados e Municípios, tirando-lhes as prerrogativas essenciais à sua autonomia. Pouco falta para a total falência das municipalidades, cujos representantes, os prefeitos, não passam de "MESTRES DE CERIMÔNIA" do Poder Estadual e Central, aliás os Estados não estão longe dessa realidade, com relação ao poder Central.

Urge, portanto, que se faça neste País uma Reforma Tributária ampla, geral e irrestrita, onde defina-se de uma vez por todas a autonomia dos Estados e Municípios brasileiros.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mas, o que estranhamos é que enquanto a Nação brasileira, quando todos os segmentos da sociedade estão a exigir a "Reforma Tributária" para que a mesma se reencontre com seus desígnios, o Presidente da República, dizendo que não pode fazê-la encontra uma fórmula simplista, alterando a alíquota do "Imposto de Transmissão de Imóveis", pois a Comissão de Finanças do Senado (maioria bionica) aprovou dia 3 do corrente, o texto da proposta de resolução que estabelece as alíquotas máximas para o "Imposto de Transmissão" (Sisa), a qualquer título, de bens imóveis por natureza ou acessão física, que entrarão em vigor em 1º de janeiro de 1.982. As alíquotas máximas serão as seguintes:

1. transmissão compreendida no Sistema Financeiro

de Habilitação a que se refere a Lei nº 4.380, de 21/08/64 e legislação complementar:

- a) sobre o valor efetivamente financiado, 0,5%,
- b) sobre o valor restante, 2% |
2. As demais transmissões a título oneroso 2%,
3. quaisquer outras transmissões, 4%.

O que não podemos admitir é que se busque compensar a perda do Estado em face da Emenda Constitucional nº 17, de dezembro do ano passado, a qual determinou a transferência de 50% do produto de arrecadação do Imposto de Transmissão ao Município onde se localiza o imóvel objeto da incidência, onerando o "contribuinte", que vai pagar com aumento de 100% no 1º e 2º caso e de 300% no 3º caso.

É hora de nossas autoridades não mais transferirem encargos ao povo brasileiro, pois este já está cansado de carregar sobre seus ombros o pesado ônus que a Nação sempre lhe impôs, sem ver entretanto, perspectivas de sua própria melhoria.

Para exemplificar vejamos os dados, com relação ao Paraná, orçamento 1981, Inter Vivos, orçado em Cr\$... 1.200.000.000,00, chegará perto de Cr\$ 2.400.000.000,00 em 1.982, dado a inflação que será da ordem de mais de 120%.

E a se imaginar que importância igual a essa será tirada das parcas economias do povo com essa medida, ficamos a nos perguntar, será essa a reforma tributária que pretende o atual governo? Fica aí a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, nobres Companheiros.

Venho hoje a esta Casa trazer uma denúncia com respeito a uma operação semi-policial que vem sendo exercida pelo Juizado de Menores e acompanhada pela Delegacia de Menores e outros órgãos.

Essa operação vem invadindo de maneira até arbitrária, bancas de revistas em Curitiba, para multar e apreender publicações.

Todos sabem que existe um movimento nacional contra revistas consideradas "eróticas" e, aqui pelo juizado "pornográficas".

Realmente, algumas dessas edições são até implausíveis como: "Sex-Men", "Privé", "Sarre" e outras mais.

Mas, aqui em Curitiba, estão recolhendo, inclusive, revistas como a "Playboy", "Homem", "Status" e outras, algumas, é claro, imorais, mas nas bancas de revistas.

Dando um verdadeiro prejuízo aos proprietários de revistas, provando mais uma vez, que o Governo está preocupado em destruir o pequeno comerciante. O grande comerciante, esses, eles não se preocupam.

Aqueles que editam a revista, aqueles que distribuem a revista, são acobertados. Eles liberam a revista à venda dos banqueiros, os banqueiros levam as revistas aos seus locais de comércio e lá então, sofrem todo o tipo de violência, porque o juizado de menores está sendo - através de seus agentes - até arbitrário, sensacionalista e violento. Porque está procurando fazer uma ação no centro da cidade, procurando despertar a atenção da opinião pública e captar, naturalmente, simpatia daqueles que não estão por dentro da situação.

Porque fala: "estamos apreendendo revistas eróticas", é claro que a sociedade brasileira fica satisfeita.

Mas, de que forma está sendo realizada essa pressão? De forma a prejudicar os pequenos comerciantes, os banqueiros, inclusive, aqui no centro da cidade, na Inácio Lustosa, existe uma banca de propriedade do Dionei Nascimento, um rapaz que era calouro de programa de televisão.

Hoje, com poucos recursos, conseguiu montar uma banquinha.

E ontem, elementos do juizado que nem sequer mostraram documentos, apreenderam mais de oitenta mil cruzeiros em revistas daquela banca.

Levaram dentro de uma kombi, de forma violenta - repito, e sequer entregaram a ele um auto de apreensão, pediram que passasse no juizado apanhar o auto de apreensão.

Não seriam ladrões invadindo bancas no centro da cidade? Não seriam ladrões se dizendo policiais, agentes do juizado etc.?

Eles estão fazendo o que querem, colocando kombi em cima da calçada na Rua das Flores, invadindo a Rua das Flores e o pior, invadindo bancas de revistas, no caso da banca do "japonês" na Rua das Flores, esquina com Muricy. Fecharam a banca no período da tarde, às 16:00 horas, hora de movimento, hora de circulação de clientes.

Fecharam a banca para ver se existia lá dentro revista "erótica" e colocaram no auto de infração, multa de 1 a 50 salários mínimos e mais: no auto de infração está - REVISTAS PORNOGRÁFICAS.

Não existe este tipo de determinação. Existe a revista "erótica", a "pornográfica" não existe. Na banca do Antônio Leviski, na Rua das Flores, retiraram até o material que estava encaixotado, abriram caixotes para retirar revistas.

Na banca do Paulo Gomes de França, não mostraram qualquer tipo de documento e levaram de lá mais de oitenta mil cruzeiros também, de revista.

Então, esta alteração além de ostensiva, repito, visa o sensacionalismo barato.

Por que não vão nas editoras proibir? Por que não vão nos grandes industriais, proibir a publicação, proibir a edição que circule?

Então, se é o aspecto estadual, que o juizado se preocupe em ir na distribuidora e lá, nós temos duas aqui: a Ghignone que distribui a Abril e outras mais, e a Distribuidora Imprensa que distribui a Block Editores. E lá, proibam a circulação, a saída dessas revistas, mas, deixam sair, deixam ir para as bancas, aí vão no pequeno comerciante, naquele proprietário humilde que com sacrifício está ainda conseguindo sobreviver. E eles vão e tiram, retiram, na "marra", na força, revistas, levam para o juizado e sei lá se não levam para casa.

São os falsos puritanos, pregando aí um puritanismo realmente barato.

São os malandros que saem com as revistas dentro da kombi, e acredito eu, vão até dar sua olhadinha, vão ler as revistas e não sei se não vão mostrar para seus filhos em casa.

Fica aqui a minha denúncia, condenando essa ação desses que protegem o grande empresário, mas que destrói o pobre comerciante.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelelino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No longo desses anos, que temos servido a este Parlamento e ao povo que representamos, temos tido uma preocupação especial com o problema relativo ao funcionalismo público do Estado do Paraná.

A batalha tem sido árdua, difícil mesmo de ser sustentada a nível de um posicionamento de caráter eminentemente social. Porque o Estado como organismo jurídico-político, componente desta pseudo-federação, se atrelou ao centralismo de poder e só concede uns poucos minguados corretivos salariais, baseado unicamente na orientação do Poder Central.

E, o Estado do Paraná, a exemplo do que vem ocorrendo

com o funcionalismo federal, tem recebido nesses últimos 17 anos, um tratamento absolutamente desumano e incompreensível, para um País que se diz em pleno desenvolvimento, e nesta avaliação, Sr. Presidente, temos demonstrado que parcela considerável do funcionalismo do Estado do Paraná, principalmente aqueles mais distantes dos cargos de provimento em comissão, que circundam o Poder em si, ficam marginalizados na época dos reajustes, das elevações e das correções salariais.

Nesses últimos dias, são insistentes os apelos feitos anonimamente e declaradamente por uma gama considerável de funcionários públicos do nosso Estado.

Desde os cargos mais elevados até os cargos mais distantes ou cargos iniciais dos níveis de vencimento, têm buscado socorro entre outros Deputados, na pessoa deste Deputado que tem uma preocupação especial, com o problema relativo à máquina administrativa movida pelo funcionalismo.

Recentemente, Sr. Presidente, mais precisamente no final do ano passado, de 1.980, debatemos aqui exaustivamente o problema da reclassificação dos cargos do Poder Executivo, de autarquias e de organismos vinculados à administração do Poder Executivo.

E paralelamente falávamos que a reclassificação dos cargos não era senão apenas uma elevação discriminatória de determinado número de funcionários públicos.

Os inativos, hoje, Sr. Presidente, para forçar um pouco a dialética de tribuna, sangram pelo escárneo com que tem sido tratados nos vários projetos de lei ou nas várias mensagens que o Poder Executivo tem encaminhado a esta Assembléia.

E é de se recordar que no ano passado, ainda, no mês de julho, quando o Governo encaminhou a primeira Mensagem, fazendo a reclassificação dos cargos do Poder Executivo, jornais estamparam que a reclassificação, ou classificação do funcionalismo público estadual seria a maior forma de promoção do servidor público do Estado do Paraná; que estariam prevenindo, inclusive, a superação dos Estados mais avançados, no trato com o seu servidor.

E eu tenho em mãos, Sr. Presidente, o jornal "Diário do Paraná", do dia 30 de julho de 1.180, que diz: "A Classificação do funcionalismo". Num dos tópicos do comentário, o articulista fala claramente: "o pacote de reclassificação beneficiará 31.800 funcionários públicos, 18.300 dos quais, ativos, integrantes do Quadro Único do Poder Executivo, e quadros próprios das autarquias, e mais 13.500 de funcionários inativos".

Entretanto, a lei, ou o projeto de lei proposto pelo Governo, ante as críticas veementes que fizemos aqui desta tribuna, juntamente com outros Parlamentares do nosso e de outro Partido, fez com que a Secretaria dos Recursos Humanos, reconsiderasse o plano inicial, e mandou para esta Casa um novo anteprojeto, com muitas das correções apontadas pela nossa Bancada, num trabalho inédito feito e apresentado como uma das responsabilidades propostas para o aperfeiçoamento do projeto.

Entretanto, muitas das quais — e dizíamos naquela época — que se foi praticamente feita a nível de gabinete e isolado, com um único representante da CCJ, hoje os funcionários inativos em nome de quem falávamos, hoje estão pedindo clemência ao Governo, porque se torna insuportável viver com o salário marginalizado, da grande parte dos 13.500 de então, funcionários públicos inativos.

A lei apenas previu, através da exposição de motivos encaminhada pelo Secretário dos Recursos Humanos, assegurando a aplicação do Plano de Classificação de Cargos, aos funcionários que forem aposentados, após a publicação da lei, procedendo-se a revisão de proventos, na forma do artigo 29 da mesma lei.

Entretanto, no artigo 15, da lei então aprovada, nenhum "servidor inativo poderá ter o montante de seus proventos

de inatividade, inferior ao vencimento básico, inicial, estabelecido para cargos correlatos àquele em que foi aposentado, ressalvados os casos de aposentadoria proporcional em tempo de serviço, por cuja proporcionalidade deverá ser mantida".

Na ocasião, criticamos esse instituto, porque era discriminatório, injusto e desumano, e foi realmente aprovado o projeto de lei sem contemplar os inativos que não viessem a ser aposentados depois da instituição deste projeto de lei.

E recebo, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, nestes últimos dias, várias cartas de inativos, principalmente do interior e algumas até da Capital.

Entre elas, um dos funcionários públicos, já com mais de 60 anos, pedindo a nossa intervenção, se não de outros Deputados, porque ficaram esquecidos, marginalizados e presos ao tempo que se vence ao longo desses anos, que nem uma administração chegou a contemplá-los.

E entre eles, um funcionário aposentado, que vinha recebendo do Governo do Estado, a partir do mês de outubro de 1980, no total, com vantagens de 37 anos de serviços, quatorze mil, novecentos e vinte e sete cruzeiros. Com a elevação do salário, passou a dezenove mil, setecentos e quarenta e nove cruzeiros.

Um homem com 68 anos de idade, depois de ter prestado 37 anos de serviços ao Estado, à máquina administrativa, permanece sem benefício algum da Lei de Classificação, ou Reclassificação do Funcionário Público.

Entre as cartas recebidas, quero ler uma de um antigo funcionário de Ponta Grossa:

"Embora não o conheça pessoalmente, se não os Deputados de Ponta Grossa, quero vir fazer um veemente apelo.

Sou imensamente grato pelo que fizer aos injustiçados, por termos de suportar apenas a reclassificação no nível inicial.

Por esse motivo, tomo a liberdade de pedir que lidere a nossa causa, defendendo-a de coração, para o futuro.

Nossa situação torna-se, pelo menos alentadora se alguém tiver a coragem e a determinação para defender o direito de nós, velhos, que tantos serviços prestamos ao funcionalismo e à máquina administrativa do Estado.

É insuportável a nossa situação econômica, estamos perdendo, aos poucos, até nosso pátrio poder, em razões de que nossos vencimentos não conseguem tratar da subsistência de filhos, e, muitas vezes, de dar um pequeno presente de aniversário para nossos netos".

Vejam, Srs. Deputados, cartas como esta, fazendo um apelo patético ao Governo do Estado, através da Assembléia Legislativa.

E é justamente com esse sentido que estamos na tribuna, transmitindo aos eminentes Pares desta Casa, especialmente aos homens que sustentam politicamente o Governo perante o povo, através da atuação parlamentar, de que há uma necessidade humana de justiça indeclinável, que se torna cada vez mais aguda. Chega, inclusive, ao escárneo de fazer um apelo patético como este.

Deixamos este apelo aqui, em nome dos inativos, que não foram contemplados com a reclassificação, que foram esquecidos e postergados pela administração pública.

Esta é a forma de fazer com que o eco do sofrimento deste povo soe aos ouvidos do Palácio Iguçu.

**O Sr. Aírton Cordeiro** — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento).**

Eminente Deputado, Vossa Excelência, nesse pronunciamento que considero muito oportuno, faz uma retrospectiva rápida do Plano de Classificação, abordando, inclusive, o que estatui aquele plano, no que toca à percepção de vencimentos por parte dos inativos que têm direito a perceber vencimentos equivalentes à inicial de carreira, dentro do que estipula o

Plano de Classificação. Aborda Vossa Excelência, com muita oportunidade, o problema dos inativos do Governo do Estado do Paraná.

Quero somar minha voz à de Vossa Excelência, porque também tenho sido procurado com alguma insistência por vários funcionários públicos estaduais aposentados e que vêm, a cada reajuste salarial, uma defasagem ainda maior entre o que percebem e o que na verdade poderiam perceber.

Mas, devo manifestar a Vossa Excelência, que entendimentos estão sendo feitos, não só por este Deputado, mas por outros Deputados que sustentam politicamente como afirma Vossa Excelência, o Governo, para que a Secretaria de Estado dos Recursos Humanos urgencie providências no sentido de se oferecer um trabalho ou um tratamento mais igualitário aos inativos do Governo do Estado e temos observado que esta tese tem merecido acolhimento por parte do Secretário dos Recursos Humanos e também por parte do Governador do Estado.

Ainda há 48 horas passadas, foi atendida uma comissão de inativos pelo Secretário dos Recursos Humanos, e nós sabemos que este clamor meu e de Vossa Excelência, e da Casa, é um clamor que também se coloca acima de qualquer instituição, porque basicamente ele está a se consubstanciar nesta necessidade de sobrevivência com dignidade e de subsistência com condições mínimas.

Portanto, a informação que quero trazer a Vossa Excelência, cumprimentando-o pelo seu pronunciamento. É que o Governo do Estado tem plena consciência dessas dificuldades, e realiza nesta hora, não só no âmbito de uma reflexão administrativa, mas como também no âmbito de uma reflexão financeira real, realiza estudos para que haja atendimento aos inativos.

Se 1980 foi o ano dos funcionários da ativa, espero e apelo que realmente 1981 seja o ano dos inativos paranaenses.

Muito obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço o aparte de

Vossa Excelência, e realmente nos traz um determinado conforto, senão pelo menos consolo, o fato de Vossa Excelência, como vice-Líder da Bancada do Governo, estar também preocupado como sempre esteve, por demonstração que temos conhecimento com relação ao problema do funcionalismo e de modo especial aos inativos e a notícia que Vossa Excelência traz, realmente haverá de renovar a esperança de quantos aguardam uma posição determinada do Governo em relação a esses funcionários que foram, assim dizer, a base de sustentação da máquina administrativa dos últimos 40 anos e que de aproximadamente a esta parte, estão propondo ao Governo o exame de consciência, para, no mínimo, não permitir que o exagero desta inflação absorva ainda mais o poder aquisitivo a que ficaram sujeitos e nós aguardamos que realmente a partir já do segundo semestre, o Governo do Estado do Paraná, que permita Vossa Excelência dizer, tanto tem circulado pelo Estado, através da mobilização deste Governo, a exemplo de Malluf, o "Governo Itinerante" de São Paulo, tem andado pelo interior.

E nessas andanças pelo interior, é manifesta a grande quantia de dinheiro que se despeja na propaganda, na dinamização ou na divulgação dos atos do Governo.

É preciso que se diga, porque abrem-se os jornais pela visita do Governo ao Oeste do Paraná, páginas inteiras, que sabemos o quanto custa à televisão ou aos canais de televisão, com as câmeras abertas para o enfoque exclusivo do Governo e de suas visitas, dos Secretários, dizendo das obras esportivas dos complexos que têm sido feitos pelo Governo do Paraná, sem um critério algum de prioridades que esta Casa pudesse ter discutido.

E fala-se apenas de alguns "flashes" que o Governo colocou no vídeo. Girou em torno de 40 milhões de cruzeiros. Nós estamos de acordo que os atos do Governo precisam ser levados a público, mas não ao exagero do dispêndio das verbas, que temos assistido todos os dias. Tanto em jornais como em rádios e nas televisões, nos canais de televisão.

É preciso que o Governo contenha também um pouco destas despesas públicas supérfluas, diga-se de passagem, e contemple o funcionalismo público. Não só os inativos, mas evidentemente, aqueles que estão movendo a máquina administrativa do "hoje".

E quero fazer uma observação, e ao mesmo tempo um apelo já, ao Presidente desta Casa, já que estamos abordando o problema do funcionalismo. Aqui mesmo, quando foram feitas as modificações para o Poder Legislativo, parcela de funcionários desta Casa foram marginalizados. As taquígrafas foram marginalizadas, não foram contempladas com a reclassificação da Assembléia Legislativa, e estão aí com documentos reiterados, pedindo à Comissão Executiva para encaminhar uma solução para o seu problema.

O assessoramento, onde ficou a adequação dessa categoria de funcionários públicos, que são efetivamente os que assistimos no dia a dia, pelos trabalhos dos registros que fazem nos Anais desta Casa.

É o apelo em particular, que deixamos à Executiva da Assembléia, para reviver aquele episódio e reexaminar esta situação.

Mas quero, Deputado Aírton Cordeiro, voltar a fazer apenas algumas análises do que tem ocorrido com a elevação do índices de preços, principalmente em nosso Estado. O trigo, do mês de agosto, até o mês de maio, subiu 450 por cento. De agosto do ano passado até maio deste ano, em dez meses, subiu 450 por cento.

Um Volkswagen, que no mês de janeiro de 1980 custava 43 salários mínimos, hoje custa 54 salários mínimos. A inflação foi de 120 por cento no ano passado; e o salário mínimo, no mês de maio de 1980, foi de Cr\$ 4.149,00. E a partir do mês de maio, 8.464 cruzeiros.

O aumento médio das tarifas elétricas do mês de janeiro até o mês de maio deste ano, já subiu 37 por cento em números redondos.

A tarifa de água está em mais de 60 por cento. O funcionalismo público estadual em 1980, teve um aumento de apenas 42 por cento. Em 1981, teve um aumento de 72 por cento, em média, 114 por cento. Enquanto já a inflação do ano passado, alcançara a taxa oficial de 120,6 por cento.

A gasolina, em janeiro de 1980, custava 22,60. Hoje, está em 66 cruzeiros. O pão, que em junho de 79, custava 60 centavos, em junho de 80 foi para um cruzeiro e cinquenta. Hoje, custa três cruzeiros o pão d'água. O leite, que em janeiro de 79 custava 10 cruzeiros e 50 centavos, em janeiro de 80, 19 cruzeiros; hoje, está em torno de 36 e vai para 42 ou 43 cruzeiros o litro.

Um aspecto importante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, observem nas estatísticas que nas quintas-feiras, no Brasil inteiro, o último dia para aposta da loteria esportiva, quinta-feira de um modo específico, cai violentamente o consumo de leite nas capitais e nas cidades interioranas, onde há o controle do leite empacotado.

Vejam, eminentes Srs. Deputados, o que está causando o problema da loteria esportiva, com relação ao alimento das crianças, que é o alimento básico, fundamental, para o desenvolvimento mental.

O SR. PRESIDENTE — (João Miansur) A Mesa lembra ao nobre orador que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, o



nobre orador Fidelcino Tolentino, que se encontra na tribuna, poderá usar os 15 minutos da Liderança, que nos cabe de acordo com o Regimento Interno desta Casa.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Presidência defere e continua com a palavra o nobre orador, por mais 15 minutos.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Obrigado, Sr. Presidente, obrigado à Liderança.

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Fidelcino Tolentino, quero cumprimentá-lo pela maneira contundente como Vossa Excelência se conduz na tribuna, nesta tarde, onde traz um assunto de fundamental importância; onde Vossa Excelência mostra a defasagem do salário do trabalhador brasileiro, onde está inserido o funcionalismo público do Estado do Paraná.

Porque Vossa Excelência, que colocou dados fundamentais, onde qualquer raciocínio mediano poderá avaliar o quanto foi roubado do trabalhador deste País, nos últimos anos.

Gostaria de me introduzir no seu pronunciamento, neste breve aparte, tão somente para colocar mais um dado que acho de fundamental importância.

Em 1980, com um salário-mínimo, comprava-se 370 litros de gasolina. Hoje, 1981, compra-se pouco mais de 120 litros.

Então, veja Vossa Excelência, a defasagem que houve com o salário-mínimo do trabalhador brasileiro, que cabe perfeitamente neste aparte, cumprimentando-o pelo brilhantismo de seu pronunciamento, nesta tarde.

Agradeço.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Obrigado, Deputado Darcy Deitos, pela abordagem que faz desta distorção da nossa moeda e dos custos que o Governo não controla mais.

E aí está o problema do álcool também.

O álcool, que é um produto eminentemente nacional, Ainda ontem, assistíamos na televisão, no seu jornal noticioso, que a maior parte dos proprietários de veículos movidos a álcool, deseja se desfazer desta condução ou deste veículo, porque se tornou insuportável, muito mais dispendioso um carro à álcool, do que propriamente um carro à gasolina.

E o desempenho do carro à álcool é muito inferior do que do carro à gasolina. De forma que o Governo enganou o povo brasileiro.

Fez, pior do que o “conto do vigário”: usou toda a força e todos os poderes concentrados, para motivar a aquisição desses veículos, e isto, para mim, no meu entendimento, é fraudar a boa-fé do povo brasileiro.

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento) :

Deputado Tolentino, na primeira intervenção que fiz do pronunciamento de Vossa Excelência, como que concordei “ipsis literis” com o que Vossa Excelência afirmou.

Depois daquele aparte, no entanto, Vossa Excelência faz outras colocações e inclusive o nobre Deputado Darcy Deitos fez uma comparação extremamente infeliz e descabida, mencionando que o que se comprava com um salário-mínimo em 1970, de gasolina e o que se compra hoje.

Mesmo que se considere que o salário-mínimo sofreu um processo de deterioração, muito maior foi a alta do custo da gasolina, que não é a vontade do Brasil, que é um problema mundial.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — E o álcool?

O Sr. Airton Cordeiro — Gostaria que Vossa Excelência atentasse bem para este aspecto. O álcool é uma consequência.

Vossa Excelência imagina que o Brasil, que talvez tenha sofrido um processo de industrialização um tanto quanto deformado, sem ter uma agricultura ainda forte, o Brasil encontra inúmeras dificuldades para seu programa de álcool. Claro que encontra.

É lógico que a dinâmica da economia há de pressupor uma adequação permanente à oferta e demanda. Claro que não estamos aqui para dizer que o plano do Governo é perfeito. Longe disso. Está cheio de imperfeições.

Mas este pode ser o Governo do PDS, como pode ser o Governo de Vossa Excelência, vai ser um Governo cheio de imperfeições.

Quero aqui mencionar um depoimento recente que ouvi ou li, não me recordo bem, do Senador José Richa, dizendo publicamente que “o povo não se iluda, que se o PMDB ganhar as eleições, a solução não vai ser resolvida do dia para a noite”.

Parece-me uma posição sensata.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Com a qual concordamos.

O Sr. Airton Cordeiro — Como da mesma forma, entendemos Deputado Fidelcino Tolentino, que a Oposição não pode pretender cobrar do Governo soluções imediatas, quando temos a dinâmica da economia internacional preocupando as economias mais estáveis do mundo.

Vossa Excelência não pode ignorar que os norte-americanos decidiram uma eleição recente para Presidência da República, com base num processo inflacionário que não chegava a 20 por cento ao ano.

Não faz muito tempo, conversava com um amigo meu que chegava da Suíça, e dizia-me ele que os suíços estavam preocupadíssimos porque a inflação lá chegava a dois por cento.

Num país que não tinha inflação de um por cento ao ano.

Então, é da conjuntura internacional.

Com relação aos funcionários públicos do Paraná, creio que vale a pena acrescentar — e Vossa Excelência mencionou o aumento do ano passado, que foi de 42 por cento. Sem dúvida Vossa Excelência falou a verdade. Disse que o aumento deste ano foi de 72 por cento. Mas Vossa Excelência, deliberadamente ou não, esqueceu de mencionar que o Plano de Classificação trouxe benefícios financeiros para os servidores públicos do Paraná. Houve acréscimos financeiros, com este Plano.

Então, se Vossa Excelência tiver o cuidado — sei que é um estudioso da matéria — de fazer uma análise de todos os efeitos do Plano de Classificação, verá, observará, constatará que o aumento financeiro real foi muito acima de 72 por cento.

Mas quero brigar ao lado de Vossa Excelência por melhores salários, por melhores vencimentos, mesmo sem aceitar as ponderações que Vossa Excelência faz, que nas quintas-feiras, neste País, o consumo de leite cai, porque quero colocar, nobre Deputado, acima desta sedução que o jogo oferece, a sobrevivência, a subsistência da família.

Então, me parece que muito mais justo seria Vossa Excelência alertar os pais que, nas quintas-feiras, devem jogar menos, ou não devem jogar na Loteria Esportiva, para não sacrificarem seus filhos, privando-os do leite. Esta me parece, a colocação mais real, mais verdadeira.

Sobre os gastos do Governo que Vossa Excelência mencionou, faria apenas uma pergunta: e se o Governo não investisse nos municípios? E se o Governo não investisse na administração estadual, fazendo escolas, construindo estradas, levando assistência ao homem da área rural, construindo Postos de Saúde, será que a Oposição não gritaria? Já gritou em outra

época. Só que a grita da Oposição hoje, é uma grita diferente. Grita exatamente porque o Governo dá atendimento. E esse atendimento é tido como uma progadilidade do Governo.

Mas essa incoerência não é somente de Vossa Excelência, é geral da Oposição. E isso nos coloca diante de um conflito: o que é preferível, o Governo cruzar os braços e não fazer nada, ou o Governo fazer o que pode fazer e ser criticado?

É um impasse difícil de responder.

Mas, agradeço a gentileza do aparte que Vossa Excelência me concedeu e fiz esses reparos para que as coisas sejam colocadas em seus devidos lugares.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, que me trouxe à imaginação de que poderíamos, realmente, ao invés de — “mutadis mutandis” — permitir aglomeração da prostituição, pedir que ninguém mais frequente as casas.

Entretanto, quero fazer uma colocação, o Governo poderia, ao invés de fazer o alarde e o aparato da propaganda, poderia aproveitar pelo menos nesses dias, dizer aos pais que diminuíssem as apostas e comprassem leite.

Seria mais sensato que o Governo fizesse isso e não propaganda das obras que está realizando, porque os que estão investidos nos cargos, legítima ou ilegítimamente, têm o dever constitucional e o primado humano de buscar os resultados necessários para o monte que a população junta aos cofres públicos.

Esta é a dinâmica da aplicação dos dinheiros públicos.

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Nobre Deputado, apenas quero colocar alguns pontos de vista que gostaria de abordar ainda mais, mas quero prosseguir porque senão não vou ter tempo de expor, e o leite que em janeiro custava 19,00 cruzeiros, hoje custa 36,00, e vai aumentar novamente. Lá em Brasília, estão os detentores de quase todo o plantel leiteiro do País, fazendo reivindicações ao Governo, reclamando que está alto o preço do leite.

Qual é o critério que o Governo tem? Ônibus que já se fala em aumentar para 18,00, ônibus do centro, porque quem mora lá em Pinhais, que é cidade, que pertence a Curitiba, que não é distante da Capital, custa 26,00 a passagem do ônibus.

A Universidade quase toda paga hoje em dia no Brasil. Quanto é que subiu a Universidade? Vossas Excelências estão todo o dia manuseando cópias ou requerimentos ou declarações de colégios e universidades, propondo, elucidando os incríveis e desautorizados aumentos nas taxas de ensino em todo o Brasil. Não é privilégio do Paraná. Em 1981, já subiu 39,4 por cento, e o segundo semestre será de 50,4 por cento.

A TELEPAR: em fevereiro, subiu 30 por cento; em agosto, outros 30 por cento; em outubro, 11 por cento e depois acrescentou ainda 24 por cento de impostos de mais 24 por cento nos interurbanos. Dados que a TELEPAR nos forneceu.

Em 1981, foi de 25 por cento o aumento das tarifas e taxas: 30 por cento nos interurbanos, no dia primeiro de abril, mais vinte por cento no aumento das tarifas.

Teria mais alguns dados que poderia expor, mas entretanto, quero conceder primeiramente o aparte que o Deputado Deni teria pedido antes do Deputado Líder do Governo.

O Sr. Deni Schwartz — Deputado Tolentino, ouvimos as palavras “oferta e demanda” e acho que a classe política deveria se interessar bastante sobre isso, porque é a tal história. Os homens do PDS vão ao supermercados e são tão massacrados quanto os homens do PMDB. Portanto, o problema econô-

mico não é só do PMDB. Mas Vossa Excelência citou alguns exemplos de produtos que subiram a nível de produtor.

Nesta Assembléia, existem cerca de 10 pecuaristas que sabem perfeitamente que em outubro e novembro do ano passado, se vendia o boi em pé a 1.200,00 a arroba e hoje esse mesmo boi está a 1.600,00 ou 1.550,00. O Deputado Jurandir Messias sabe perfeitamente o que ocorreu com as Exposições-Feiras.

Então o que se pergunta é o seguinte: quais as razões pelas quais num supermercado, num açougue para o consumidor, esse boi não chega mais barato? As coisas estão assim, como uma vigarice total.

Por exemplo: aqueles cidadãos que compraram carro em consórcio e basta pegar o seu carnê e ver, estão pagando o carro de acordo com uma tabela, mas se ele for hoje num revendedor, ele compra esse carro quarenta mil cruzeiros mais barato.

Então, a impressão que se tem é que a indústria automobilística criou uma tabela fictícia para aqueles que estão em consórcio pagarem, e depois mandou baixar o preço para aqueles que venham a ser novos compradores. Chega-se ao absurdo de que quem comprou um carro, no ano passado, está pagando mais do que um carro novo.

Isto tudo está ocorrendo sem qualquer presença da SUNAB, sem qualquer presença da polícia, tranqüilamente. Então vejam bem: o produtor está arreventado, estão aí os cafeicultores em Brasília protestando e fica tudo por isso mesmo.

Por isso, me parece que o que Vossa Excelência está pondo aí, e vem mais alguma coisa em cima do funcionário, que é altamente grave e é o problema do reajuste semestral das casas próprias. Como ficará o funcionário público que só tem aumentos anuais, perante o reajuste da casa própria?

Quer dizer, a impressão que se tem é que as autoridades econômicas do nosso País, realmente estão perdidas.

Por isso, o pronunciamento de Vossa Excelência vem a demonstrar. Citou os produtores de leite que tiveram um aumento mas os produtores do boi e do suíno não tiveram, mas o consumidor teve aumento no leite mas também teve nos produtos que baixaram de preço. Isto, a economia, de jeito algum, não é a lei de oferta e procura que vai justificar, economista algum está explicando.

De fato, estamos vivendo num País, em que os serviços cresceram demais e onde as fontes de produção mesmo, estão sendo massacradas: a indústria e a agricultura. Os bancos ficam bem e os serviços é que aumentam. Basta ver as estatísticas. Obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Quero conceder o aparte imediatamente ao Deputado Erondy Silvério, mas antes quero deixar, Sr. Presidente, um apelo.

Que se faça uma correção, um reajuste, que se dê um abono emergencial ao funcionalismo público ativo e inativo. Mas isto é de absoluta urgência, é uma questão até de sobrevivência, de subsistência da família, principalmente, o funcionário público de menor rendimento salarial. Porque, a nível de empresa privada, os aumentos são feitos duas vezes ao ano e o funcionário público fica amargando, amargando essa desilusão de ajudar o Estado com o próprio suor e sacrifícios. E não é possível que as coisas não se modifiquem, porque os níveis de preço aumentem duas, três vezes ao ano, em cima do salário mínimo, e o funcionário público fica só contemplando no horizonte da planície o nascer do sol para outras categorias.

Para finalizar, concedo o aparte ao Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério — Lamentavelmente, não dá para eu



abordar um tópico do discurso de Vossa Excelência nesses vinte segundos.

Apenas quero, nesta oportunidade, me parabenizar com Vossa Excelência, que fez um discurso sério, colocou as coisas como deviam ser colocadas, realmente, a insensibilidade do Governo em todos os níveis, e com relação ao funcionário público é lastimável, é lamentável e incompreensível.

Porque os reajustes semestrais são concedidos a nível de empresa privada, mas esses reajustes causam efetivamente, uma realimentação no processo inflacionário.

O funcionário sofre os efeitos da realimentação do processo inflacionário, mas não ganha as benesses da lei que obriga o reajuste cada seis meses.

Vossa Excelência está de parabéns, conta com o apoio de toda a Casa, porque aqui não se trata se é de Governo ou se é de Oposição, trata de ser, acima de tudo, humano, e o funcionalismo público não está sendo tratado neste nível.

Apenas discordo quanto ao programa energético do Governo, quando Vossa Excelência diz que o Governo está cometendo uma fraude contra a Nação, o PRO-ALCOOL.

Vou responder a Vossa Excelência numa outra oportunidade, e mostrar que o pioneirismo paga o ônus, todos os programas pioneiros pagam o ônus, efetivamente, do pioneirismo. Assim foi com o diesel, quando Rudolf Diesel inventou o motor à diesel, foi um desastre tecnicamente falando. Hoje está aí o diesel, atendendo as necessidades do mundo inteiro.

Então o programa PRO-ALCOOL foi oportuno. O Governo não podia se omitir de tentar buscar alguma fonte de energia, substituindo com isso pelo menos um dos derivados do petróleo, que é a gasolina. Racionamento não se fala, porque a Nação não pode parar.

Então, as distorções do PRO-ALCOOL eu vou analisar, juntamente com Vossa Excelência, num outro pronunciamento. Mas não considero uma fraude do Governo a implantação do PRO-ALCOOL.

Agradeço a Vossa Excelência e cumprimento-o sobretudo pelo aspecto humano do seu pronunciamento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) No horário reservado ao Partido Popular, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A população do Município de Santa Helena vive momentos de grande apreensão, em virtude de fatos que ali estão ocorrendo, produto da inescrupulosidade e da corruptibilidade das respectivas autoridades policiais. A figura central é o Delegado da Polícia local, Bacharel Oscar Pacheco dos Santos, de quem, há tempos atrás, tivemos ocasião de falar, denunciando suas tropelias.

É pública e notória a “societas sceleris” estabelecida entre dita autoridade policial e o bacharel em Direito, José Lopes, residente em Santa Helena, tanto é assim que qualquer problema, na área de jurisdição do Dr. Oscar Pacheco dos Santos, é resolvido, mesmo contra a lei, se o patrono for o mencionado causídico.

E o pior é que tudo funciona à base da conivência e da participação de soldados do destacamento da Polícia Militar, ali sediado.

Antes de prosseguirmos no relato do que está acontecendo em Santa Helena, mostremos as “qualificações” do Bacharel Oscar Pacheco dos Santos, para edificação e espanto dos Srs. Deputados. As certidões em nosso poder e que submeteremos ao exame da Casa, revelam coisas extraordinárias, a saber:

Certidão da escrivã Raquel Salomé Chechin, da Comarca de Guarapuava, atesta que o bacharel Oscar Pacheco dos Santos,

natural de Montenegro, Rio Grande do Sul, filho de Antônio Pacheco dos Santos e dona Berta Heller dos Santos, na função de Delegado de Polícia local, foi denunciado, nos autos da ação criminal número 104/72, por incurso no artigo sexto parágrafos terceiro e quinto, e no artigo terceiro da letra B e I, e no artigo quarto letra A, da Lei 4398, de 09/12/65, denunciado, nos autos de ação número 76/74, por infração do artigo 171, parágrafo segundo, inciso I, do Código Penal, e o processo foi arquivado por ter ele pago o cheque sem fundos; denunciando, nos autos de ação 07/75, do mesmo artigo 171, parágrafo segundo, do Código Penal, por outro cheque sem fundo; denunciado nos autos de ação número 133/76, por infração do artigo 129, do Código Penal, com absolvição.

Certidão do Escrivão da Vara Criminal de Pato Branco, Sr. Leo Piva, em que se declara, com data de 17/05/81, que “a Justiça Pública move ação penal contra Oscar Pacheco dos Santos, brasileiro, casado, funcionário público (delegado de polícia—, filho de Antônio Pacheco dos Santos e dona Berta Heller dos Santos, natural de Montenegro, Rio Grande do Sul, como incurso nas sanções do artigo 351, parágrafos primeiro e terceiro, combinados com o artigo 25, todos do Código Penal”, e certifica que “os referidos autos se encontram em andamento”. Os autos de ação são de número 30/73:

Certidão da escrivã Luzia Estelita Venturim, do Cartório Criminal, Menores, Família e Registros Públicos de Assis Chateaubriand, de que constam dos autos de ação número 01/79, que Oscar Pacheco dos Santos, como incurso nas sanções do artigo sexto, parágrafo terceiro da Lei 4898, de 09/12/65, e artigo 25 “caput”, c.c. os artigos 25 e 51 do Código Penal SOFREU AS PENAS DE TRÊS MESES, MULTA DE Cr\$ 6.000,00 E INABILIDADE PARA EXERCER FUNÇÕES DE NATUREZA POLICIAL NESTA COMARCA DE ASSIS CHATEAUBRIAND POR TRÊS ANOS.

Certidão da Escrivã Mariza Bogo Mari, do Cartório do Crime, da Comarca de Cianorte, que diz: “. . . verifiquei constar registrado contra Oscar Pacheco dos Santos os autos de ação penal número 20/80, como incurso nas penas da Lei 4898, de 09/12/65, por infringência dos artigos terceiro, item “i” e quarto, itens “a”, “b” e “c”, combinado com o artigo 129, do Código Penal, e certifico mais que EM DATA DE 20/10/80, FOI O MESMO CONDENADO A PENA DE CINCO MESES DE DETENÇÃO E CINCO MIL CRUZEIROS DE MULTA, estando os autos à Superior Instância, em grau de recurso.

Torna-se necessário esclarecer que o bacharel Oscar Pacheco dos Santos, incurso nos artigos e parágrafos da lei 4898, de 09/12/65, sofreu acusação e diante de provas, foi condenado, por haver submetido a torturas, em Assis Chateaubriand, o Sr. Paulino Fernandes de Andrade, depois de prisão ilegal. A vítima foi levada ao conhecido “pau-de-arara” como foi obrigado a engolir óleo queimado, embora se trate de lavrador estimado e de probidade reconhecida. Juntamente com o bacharel, veio de ser igualmente condenado o soldado do Destacamento Policial, Joelson Palmeira, tido e havido como homem violento.

A Delegacia de Polícia de Assis Chateaubriand foi palco de outra atrocidade por parte do “doublé” do bacharel e delegado de Polícia, por ocasião da prisão, sem ordem judicial, sem inquérito policial e sem flagrante, do Sr. Guerino Camillo e do açougueiro, Sr. Hercílio Peicher, falsamente acusados de roubo de gado. O Sr. Guerino Camillo, após o vexame de ser algemado em público, foi levado do camburão diretamente para o “pau-de-arara” e ameaçado de ter de engolir óleo queimado, o Sr. Hercílio Peicher só não sofreu a mesma tortura porque o advogado José Bolívar Bretas, compareceu a tempo e os livrou da cadeia e dos sofrimentos.

O agitado beleguim está criando um caso sobre outro na Delegacia de Polícia de Santa Helena. Ameaça agora a integridade física do comerciante Olfvio Santin, atual vereador e ex-Prefeito do município, sob a legenda do Partido Popular.

A perseguição se deve ao fato de o Sr. Olívio Santin ser procurado para conselhos, pela gente humilde de Santa Helena, quando é intimada a pagar ilegais taxas e emolumentos àquela autoridade policial. Como o esforçado edil de Santa Helena está embaraçando o enriquecimento ilícito mais rápido do bacharel e da senhora que, naquela repartição, passa como sua esposa, toda a ira santa se concentrou sobre ele. A ameaça é a de que, em qualquer dia será trazido, à pé e debaixo de chicote, até a Delegacia de Polícia, para não se meter com a vida dos outros.

O Sr. Olívio Santin é um homem largamente conhecido e goza de vasto círculo de amizades em Santa Helena, o que justifica a geral revolta entre a população contra a arbitrária autoridade policial.

Temos em mãos certidões do que “nada consta” contra o Sr. Olívio Santin na Distribuidora Pública, Sra. Iraci Nazari, da Comarca de Foz do Iguaçu, bem como do Distribuidor Público de Medianeira, Sr. Ricardo Ferreira Damião, da Distribuidora Pública Neri Maria Destri, da Comarca de Santa Helena, do cartório do Crime da mesma comarca, sendo escrivão o Sr. Egon Alceu Müller, e mais outros documentos de igual valia.

Como então, ficar sujeito às tropelias e às violências de um esbirro, apesar de Bacharel de Direito, um cidadão prestante, pacato e honesto? Onde estamos? Que País é este?

Atentem os nobres Deputados para o Relatório número 005/81, com o carimbo de “Confidencial”, expedido pelo Oficial P/2 do Sexto Batalhão da Polícia Militar, sediado em Cascavel, datado de 09 de fevereiro último, dirigido às autoridades superiores. Esse documento revela outra face da atividade criminosa do Bacharel Oscar Pacheco dos Santos, com base em informações recebidas do Comandante do Destacamento Policial Militar de Santa Helena.

Há perfeito conluio entre o advogado local, José Lopes, o Delegado de Polícia Oscar Pacheco dos Santos e o soldado Armindo Herber, segundo o que será exposto:

**PRIMEIRO CASO:** Os soldados Armindo Herber e Modesto Correia de Mello, do Destacamento Policial de Santa Helena, prenderam por ordem do Delegado de Polícia Oscar Pacheco dos Santos, no Distrito de Vila Celeste, às margens do Rio Paraná, o ancião Fredolino Pereira de Souza e dois filhos seus, por denúncia do genro do mesmo de haver emprestado a terceiros uma espingarda “16”, com a qual teria sido assassinado um vizinho.

Acontece que a suposta vítima seria Lindolfo de tal, fugido da localidade, por ter sua esposa apresentado queixa à Polícia como autor de estupro de uma filha de nove anos de idade. A queixa se fez em novembro de 1979, e desde então, Lindolfo de tal desapareceu.

O advogado José Lopes se apresentou na Delegacia de Polícia, como sempre o faz em casos que tais, em perfeito entendimento com o delegado Pacheco dos Santos. Não demorou que Fredolino fosse liberado, e em companhia do advogado teve que ir a uma agência bancária local, de onde retirou 300 mil cruzeiros, que foram distribuídos entre Lopes, o delegado e os dois soldados.

Os filhos de Fredolino permaneceram como reféns, no “xadrez”, e foram soltos somente depois da repartição do dinheiro entre os cúmplices.

**SEGUNDO CASO:** O Relatório Confidencial relata agora o segundo caso de corrupção em que a mesma autoridade policial se acha envolvida.

Cecilia Grander, foi presa sob a acusação de haver assassinado Lurdes de tal e de haver praticado lesões corporais em Tereza de tal. Confessou ser mandante do crime, mas declarou ter pedido a José Célio Haustein que arranjasse, como ele arranhou, quem cometesse o homicídio. Haustein negou a acusação

na Polícia, e foi liberado.

Os soldados Armindo e Mário apreenderam, na residência de Cecilia Grander, um revólver S.W, calibre 38, número 204.748, registrado em nome de Vitus Grander, marido de Cecilia. A filha desta, ao depor, contou que foi ela quem entregou a arma aos soldados, com cinco cápsulas intactas no tambor, e que um deles, na via pública, detonou as balas, para fazer entrever que o revólver havia sido o instrumento do crime.

O indefectível advogado José Lopes acorreu à repartição policial e exigiu, após conversa particular com o delegado, a importância de cem mil cruzeiros, para obter a liberdade de Cecilia Grander. Como o marido, Vitus, não se encontrava em Santa Helena, a família solicitou os bons ofícios do Sr. Agílio de Oliveira, que emitiu um cheque no valor de 50 mil cruzeiros. Cecilia Grander foi solta num sábado, e na segunda-feira, seguinte, o Sr. Agílio de Oliveira encontrou o advogado saindo do banco, onde descontara o cheque.

Interpelado sobre a importância de cem mil cruzeiros, antes exigida, declarou José Lopes que, na verdade, iria ficar com apenas dez mil, porquanto os outros quarenta mil iriam ser dados logo a seguir, ao delegado Oscar Pacheco dos Santos.

Quando Vitus Grander regressou a Santa Helena, teve que pagar mais trinta mil cruzeiros, em duas parcelas de quinze mil, e o advogado continua a exigir mais dinheiro.

**TERCEIRO CASO:** — João Buava acusado de mandante de um homicídio, em co-parceria com Sebastião Dias de Almeida, e no caso haviam provas evidentes, pouco demorou na cadeia.

Depois de haver acertado e pago quantia em dinheiro, não apurada ao delegado Oscar Pacheco dos Santos, foi posto em liberdade, e a seguir, em companhia de Sebastião Dias de Almeida, fugiu para o Território de Rondônia, sem que qualquer providência fosse tomada pela polícia.

Srs. nobres Deputados:

A vida pregressa do delegado-Bacharel Oscar Pacheco é eivada de toda sorte de delitos, pelos quais já penalizado pela Justiça comum. Não se corrigiu, e agora continua a cometer crimes e violências em Santa Helena, como já o fizera em todos os outros municípios onde, na verdade, desservira a coletividade.

A população de Santa Helena não suporta mais a situação de insegurança e de assalto à bolsa por aquela autoridade policial. Quer a remoção do Delegado de Polícia, com urgência, antes que alguém, mais exaltado, faça justiça com as próprias mãos.

Advirto finalizando, que se não forem tomadas medidas urgentes para coibir o abuso e as irregularidades praticadas pelo Delegado de Polícia em questão, e se problemas de maiores gravidades vierem a acontecer os responsáveis serão o Prefeito Municipal de Santa Helena, o Deputado Werner Wanderer, o Secretário da Segurança Pública do Estado e o Chefe da Polícia Civil do Paraná.

**O Sr. Werner Wanderer** — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento) :

Deputado Edilson Alencar, sou representante do Município de Santa Helena, e gostaria de dizer que Vossa Excelência talvez não conheça toda a realidade daquele município.

Lá foram trocados diversos delegados. Santa Helena era o município onde mais se roubava carros, no Estado do Paraná. Depois que esse delegado lá chegou, nenhum automóvel mais foi roubado.

Santa Helena é calma, hoje. Não tem mais problemas.

O que acontece? O que acontece é que esse delegado está fazendo um levantamento de todos os problemas passados. É lógico que fazendo isso, vai encontrar pessoas que nem sempre estão contentes com o que ele está fazendo.

E vou mais além: a comunidade de Santa Helena, partindo

de Prefeito, tenho a certeza, está contente com esse Delegado que levou tranquilidade àquele município.

E digo mais, Santa Helena, hoje, não vou defender, nem dizer que o Delegado é "santinho", que é o melhor delegado. Não conheço os seus problemas passados. Mas, uma coisa posso afirmar: Santa Helena tem a tranquilidade que nunca teve, depois que esse delegado foi para lá.

Olívio Santin, meu ex-correlegionário, hoje está em outro Partido, a que admiro, e continua amigo, não tenho nada contra ele. Mas, a briga com o delegado surgiu quando Ovídio Santin, vereador, acostumado ir à Delegacia, pedir para que os delegados devolvessem revólveres, pediu para soltar presos, o que o delegado não aceitou. Não aceita tipo de ingerência alguma. A briga começou toda por causa disso.

Mas, gostaria de dizer, nobre Deputado, que se Vossa Excelência fizer um levantamento na comunidade de Santa Helena, junto aos agricultores, junto à grande maioria daquela comunidade, vai ver que Vossa Excelência não está certo, que estão lhe trazendo notícias que não estão corretas.

Com isso, não quero dizer que estou defendendo o Delegado. Ele deve ter seus problemas, alguns problemas passados, que desconheço, mas, em Santa Helena, ele está agindo corretamente.

Era este o aparte.

O SR. EDILSON ALENCAR — Agradeço, nobre Deputado, mas lamentando não poder concordar com a defesa que Vossa Excelência faz, diretamente, do delegado Oscar Pacheco dos Santos.

Até o momento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, me limitei, da tribuna, mostrar as qualidades peculiares ao atual Delegado de Polícia. Mostrei certidões, denúncias, condenações sofridas por esse Delegado que não tem condições morais, no meu entender, qualidade para dirigir uma Delegacia, por estar condenado pela Justiça.

Também não posso concordar com a defesa que Vossa Excelência faz, porque, não é esse o pensamento da população daquela laboriosa comuna, tanto é verdade que, desta tribuna, lanço a Vossa Excelência, que representa aquela cidade, lanço a Vossa Excelência que representa a região Oeste, como nós, que fazemos, aqui, nesta semana, um requerimento sugerindo que uma Comissão de Parlamentares compareça àquela cidade, para ouvir autoridades, para ouvir comerciantes, para ouvir trabalhadores, e tenho certeza que a Comissão obterá daquela laboriosa população, realmente, a vontade e o desejo, daquele Delegado não permanecer mais uma hora naquela cidade.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. EDILSON ALENCAR — Obrigado.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tive a oportunidade, pessoalmente, conversar com o Sr. Secretário de Segurança, juntamente com o Deputado Egon Pudell, que conhece perfeitamente, o comportamento irregular daquele Delegado.

E, juntamente, com o Deputado Egon Pudell, estivemos com o Sr. Secretário de Segurança, mostrando certidões, documentos e levando a verdade.

D'oravamente, não mais aqui comparecerei para tratar deste assunto sobre esse delegado que está enodoando, maculando, toda a Polícia de nosso Estado.

Porém, se daqui para frente, problemas mais graves, mais sérios acontecerem, os responsáveis, Sr. Presidente, Srs. Deputados, serão o Secretário de Segurança Pública, o Chefe da Polícia Civil do Paraná, o Deputado Werner Wanderer e o Prefeito da cidade.

Era só, Sr. Presidente.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta o PTB se deseja fazer uso do seu horário.

(Declina). — Consulta à Liderança do PDS.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Senhor Presidente, falará em nome da Liderança do PDS o Deputado Gabriel Manoel, mas antes quero dizer e protestar contra a absoluta falta de ética demonstrada nesta Casa pelo nobre Deputado Edilson Alencar. Vem aqui, forma um verdadeiro rosário de acusações contra um delegado que é seu desafeto pessoal desde Assis Chateaubriand. Um deputado que limpou o Município de Santa Helena de ladrões e que acabou com privilégios que lá possuía um vereador das hostes partidárias do nobre Deputado Edilson Alencar.

Agora, vem ele numa demonstração de falta de educação, de falta de ética, responsabilizar um Deputado por algo que ocorre dentro de um município, é de policiais, ladrões e vereadores. Ora, contra isso nós protestamos, Senhor Presidente, porque o Deputado Werner Wanderer é o representante daquele município que tem o maior interesse em que as autoridades se comportem de maneira elogiável. Tem o maior interesse em atender a população que quer efetivamente um delegado enérgico, um delegado duro, que cumpra com as suas obrigações. Agora, se amanhã, houver um tiroteio entre bandidos, entre ladrões com o delegado e alguém morrer, como é que pode ser responsabilizado um membro desta Casa? Está com a palavra, em nome da Liderança, o Deputado Gabriel Manoel.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Presidência registra com satisfação, a presença em nosso plenário, do Sr. Secretário do Interior, Dr. Renato Johnson.

O SR. GABRIEL MANOEL — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apenas para registrar a nossa ausência nesses últimos dois dias neste plenário, porque o Secretário Saul Raiz seguindo as normas e orientação de levar ao interior, o Governo Ney Braga, estivemos em Nova Fátima, com mais de vinte Prefeitos do norte pioneiro, onde Saul Raiz levou para aquela gente a esperança de novas orientações e demais orientação técnica, financeira e administrativa para os Prefeitos das comunas menos favorecidas pelas suas arrecadações, onde numa idéia pioneira, ele há de ir por todo o interior paranaense, seguindo a orientação deste Governo sadio que é o Governo Ney Braga, de carrear benefícios, para que os mesmos sejam aplicados em benefício do próprio povo de cada comuna, com o fim único de dar ao homem a sua fixação no seu habitat. Estivemos em Nova Fátima e estivemos assistindo e assessorando o Secretário Saul Raiz e vimos da sua desenvoltura e vimos da euforia dos Prefeitos poderem dar serviço ao seu povo e a sua gente, para que não haja êxodo rural para as grandes cidades.

Apenas para registrar o trabalho dos homens que diuturnamente pensam no Paraná, que diuturnamente olham pelo povo paranaense. Homens como Ney Braga que temos a satisfação de seguir a sua orientação, homem que teve o cuidado de escolher os seus Secretários para que possam amanhã ou depois, dizer ao Paraná: "Tivemos o nosso dever cumprido e a nossa obrigação cumprida para com este povo".

O Sr. Fiori Luiz — Um aparte, nobre Deputado?

O SR. GABRIEL MANOEL — Tivemos — um momentinho, Deputado, — a satisfação, Senhor Presidente, Srs. Deputados, de ver o Secretário Saul Raiz, com prefeitos de nossa região, a dizer a eles que haverá de fazer reuniões com todos os Prefeitos do Paraná sem exceção, para que se possa trazer a este Estado, aquela imagem que o Paraná já tem, aquela imagem que o Paraná goza no concerto desta Nação, aquela imagem que o Paraná é invejado por muitos Estados da Federação.

Onde, procura-se trazer dinheiro não para fazer negocia-

tas, não para beneficiar políticos do Governo, mas sim, para beneficiar o próprio povo. Onde se pede prestação de contas para os Srs. Prefeitos. Onde se gasta o dinheiro em benefício deste povo, onde se procura devolver aos homens ao seu habitat, onde se procura tirar os homens das cidades grandes, para darem serviços nas cidades de sua origem. Onde se procura dar ao homem de mão calosa o necessário amparo e a necessária assistência.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento)

Nobre Deputado, eu entendo que as Prefeituras estão realmente em dificuldades. Eu só não entendo nobre Deputado...

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa Excelência me permite um instantinho. Eu não disse que as Prefeituras estão em dificuldade. Eu disse apenas, que o Secretário está levando o dinheiro do povo, para que seja aplicado em benefício do próprio povo. Eu não quero que Vossa Excelência misture “alhos com bugalhos”.

O Sr. Fiori Luiz — E em benefício próprio. Porque a gente abre os jornais.

O SR. GABRIEL MANOEL — Benefício próprio não. Porque Vossa Excelência veja na conta de Saul Raiz e de qualquer Deputado da Situação, se há um real depositado para Raiz ou para qualquer Deputado da Situação — é em benefício do povo.

O Sr. Fiori Luiz — As verbas que estão se gastando com jornais, e eu entendo válido, porque o jornal vive dessas publicações, mas, ao mesmo tempo, é uma campanha política e parte desse dinheiro dos Prefeitos é para pagar publicações em jornais, olha aqui: Cascavel, Guaraniaçu, Toledo, Céu Azul, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Palotina...

O SR. GABRIEL MANOEL — Um momentinho. Tivéssemos nós, a felicidade, de politicamente ter recebido em todas as comunas, em todos os tempos, dinheiro para ser aplicado em benefício do povo. A política é isso meu irmão, a política é aplicar dinheiro em benefício do povo. A política não é fazer demagogia de esquina em esquina. A política é isto, com todo respeito que tenho por Vossa Excelência.

Quisera Deus, que o Paraná desde as suas origens, tivesse homens que levassem dinheiro para aplicar em benefício do próprio povo. Pode concluir Deputado.

O Sr. Fiori Luiz — Nobre Deputado, Vossa Excelência fala tanto em povo e eu não vejo nessas fotografias, pelo menos, eu não vejo povo. Outro detalhe nobre Deputado “prévia”, dentro do assunto que Vossa Excelência aborda das viagens do Secretário do Interior, “prévia” é a palavra do dia, “ibope”, “Gallup”, é dentro do assunto que Vossa Excelência está levantando.

A subchefia de comunicação faz suas pesquisas semanalmente, e a julgar por essas pesquisas feitas por ocasião das visitas do Secretário Saul Raiz ao Interior, o Sr. Saul Raiz já ganhou a eleição, está decidido o pleito sucessório. Na última pesquisa realizada...

O SR. GABRIEL MANOEL — Nós não estamos falando em política, não estamos falando em eleição, estamos falando nos homens que estão aplicando o dinheiro do povo em benefício do próprio povo.

O Sr. Fiori Luiz — E em pesquisas.

O SR. GABRIEL MANOEL — Não estamos fazendo apologia de candidatura de Saul Raiz, estamos fazendo apologia dos homens que estão no Governo e que querem o bem-estar de sua terra e de sua gente. Não estamos falando em política, Vossa Excelência está misturando “caçada de tatu com serebata”.

O Sr. Fiori Luiz — Só para concluir nobre Deputado, em Maringá foi feita uma pesquisa por ocasião da reunião do METRONOR, com Prefeitos e Vereadores do PDS, onde o Sr. Saul aparece com 17 votos. Parece-me uma pesquisa insuspeita.

Essas pesquisas são feitas nas micro-regiões, em aniversários de Secretários. Mas já está decidido o pleito. Está decidido o pleito sucessório.

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa Excelência me permite um aparte no seu discurso paralelo? Deputado Fiori Luiz?

Não estamos falando em política, Deputado. Estamos falando nos homens que estão cumprindo com a sua obrigação. Não estamos pedindo voto para Saul Raiz. Nós estamos simplesmente, como dizia Odorico Paraguaçu...

O Sr. Fiori Luiz — Fazer pesquisa em reunião do PDS é a mesma coisa que perguntar se macaco quer banana.

O SR. GABRIEL MANOEL — Deputado, nós já demos o exemplo, quantas vezes com a maioria da bancada?

O Sr. Fiori Luiz — Muito obrigado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Deputado, agradeço. Apenas quero responder. Vossa Excelência tem razão de procurar me confundir. Porque Vossa Excelência é um moço inteligente, um moço de um tirocínio político, um moço estudado. Agora só que eu peço dentro da minha humildade, que me compreenda. Talvez eu não me tenha feito compreender. O que eu quis dizer, é que apenas no Paraná, apenas as bancadas com assento nesta Casa. Eu não estou fazendo apologia. Nós vamos ganhar do mesmo jeito a eleição. Agora o problema é o seguinte: eu estou dizendo dos nossos companheiros, o nosso Secretário que foi ao interior levar dinheiro, para ser aplicado em benefício das nossas comunas.

Não estou fazendo IBOP, porque não acredito. O maior IBOP é ganhar a eleição. É como futebol. Futebol é bola na rede; eleição é voto na urna. E nós vamos ganhar eleição, já que Vossa Excelência está falando em IBOP. IBOP a nós não interessa. O IBOP é o nosso povo que nós atendemos cotidianamente. O IBOP são os homens que estão sendo atendidos por Ney Braga. O IBOP é que nós temos no timão de nossa nave, um homem do gabarito de Ney Braga. Um homem honesto.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre orador que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. GABRIEL MANOEL — Já complemento, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Então, apenas para cumprimentar, Deputado Fiori Luiz, Vossa Excelência não me entendeu. Talvez eu falasse grego, ou em árabe. Talvez eu estivesse falando em outras línguas. Eu não falei em apologia política. Falei em apologia da sadia administração de todos os Secretários de Ney Braga.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 56 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 162/80, de autoria do Deputado FLORIVALDO PALÁCIO, que declara de utilidade pública o “Hospital e Maternidade Anita Canet”, com sede na Cidade de Conselheiro Mairinck e foro na Comarca de Ibaíti. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É feita a verificação de votação).

O SR. NESTOR BAPTISTA — (Pela ordem) Antes que Vossa Excelência proclame o resultado da verificação de votação, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e solicita do Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Responderam a chamada 32 Srs. Deputados. Há “quorum” para deliberação.

A Mesa irá proceder a verificação de votação requerida.

(É feita a verificação de votação do Projeto de Lei n.º 162/80)

28 Srs. Deputados aprovam; 3 Srs. Deputados rejeitam.

— Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 11/81, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jacarezinho, uma área de terras pertencentes ao Estado, conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 13/81, de autoria do Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública a “Creche Nice Braga”, com sede na cidade de Uraí - PR. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 29/81, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que autoriza o Poder Executivo a doar área de terra à Prefeitura Municipal de Iporã. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. — Aprovado, pelo Substitutivo Geral.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 36/81, de autoria do Deputado FLORIVALDO PALÁCIOS, que declara de utilidade pública o “Hospital de Misericórdia São João Batista”, com sede e foro na cidade de Ibaiti. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Casagrande, ocorrido em Cascavel. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Faci, constante do expediente, solicitando providências estabelecidas nos artigos 105 e seguintes, do Regimento Interno, no sentido de ser incluído na Ordem do Dia, o Projeto de Lei n.º 196/79, ao qual o Plenário concedeu regime de urgência. — Aprovado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Prioritariamente, solicito a Vossa Excelência a chamada nominal, porque há uma debandada em coletividade, e queremos ter interesse na

análise dos requerimentos. Então, solicitamos, prioritariamente, a chamada nominal dos ilustres Srs. Deputados, inclusive os que estão saindo.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a chamada nominal.

(É feita a chamada)

responderam a chamada nominal 26 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Presidência, antes de proclamar o resultado da verificação de votação, convida os Srs. Deputados para, dentro de poucos instantes, no Salão Nobre da Casa, recepcionarem os Excelentíssimos Senhores Ministros, João Baptista Guerra, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral; Ministro José Carlos Moreira Alves, Vice-Presidente do mesmo Tribunal; Excelentíssimo Senhor Desembargador Guimarães Camargo, Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná; Excelentíssimo Senhor Alceu Conceição Machado, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná; Excelentíssimo Desembargador Jorge Andrigueto, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral; Excelentíssimo Doutor Ivan Arcoverde, Diretor-Geral do Tribunal de Justiça do nosso Estado.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, antes de Vossa Excelência proclamar o resultado da chamada nominal, gostaria que Vossa Excelência desse um esclarecimento à Casa e interpretasse para toda esta Assembléia, o Artigo 176, § 1.º e 2.º, porque há sempre, nesta Casa, um desrespeito com referência ao Regimento Interno, porque quando esta matéria foi votada, encontrava-se um número legal de Deputados e eles se retiraram na verificação de votação. Eu pediria que Vossa Excelência esclarecesse em definitivo e que ficasse isso como norma estabelecida a esta Assembléia, daqui por diante.

Era essa a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Realmente o parágrafo 2.º, do artigo 176, diz que “É vedado a qualquer Deputado retirar-se do recinto no momento de ser votada uma proposição ou parte da mesma e caso haja votado por ocasião da verificação correspondente”.

Lamentavelmente o que eu posso informar ao nobre Deputado, é que essa Presidência não tem condições de prender o Deputado neste plenário.

O SR. DARCY DEITOS — Mas Senhor Presidente, então eu, regimentalmente, de acordo com o Regimento Interno, gostaria que Vossa Excelência anotasse esta questão de ordem específica aqui levantada e que a Mesa tomasse providência a partir da sessão de amanhã, para que esse fato não se repita, porque ficamos nós, Deputados da Oposição que temos requerimentos há mais de trinta dias para serem votados, e ficamos feito, digamos assim, bobos aqui no plenário, dando “quorum” para votar matéria do interesse do Executivo, e quando chega nas matérias que os Deputados da Oposição têm algum interesse, fica relegada a segundo plano.

Fica essa questão de ordem e queria que Vossa Excelência regulasse isso a partir de hoje.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela ordem). Senhor Presidente, quero fazer um adendo às palavras do Deputado Darcy Deitos no sentido de que é praxe em todos os Parlamentos esse tipo de comportamento e todos os Partidos já usaram e usam deste procedimento parlamentar, haja visto o Senado Federal, a Câmara Federal, as demais Assembléias e os demais Parlamentares do mundo que usam esse tipo de procedimento. Então, não há nada aqui que surpreenda o Deputado

Darcy Deitos e que se estipula uma norma de ação em função do que diz o Regimento Interno.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) O que nós acabamos de ouvir do Deputado do PDS, é a demonstração do “teatro do absurdo”. A maioria tem matematicamente o número suficiente para deferir ou indeferir qualquer matéria, só que aqui em Curitiba, aqui na Assembléia do Paraná, nós vemos o contrário. Aí o teatro do absurdo, em que a maioria sai, usando o expediente que é de todos os Parlamentos, das minorias, para justificar a sua omissão na Casa. Era o registro que queríamos fazer, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Senhores Governador do Estado, e Secretário Extraordinário para Assuntos de Desenvolvimento dos Municípios, encarecendo sejam construídas cada populares através da COHAPAR, nos recém-criados Municípios de Jesuítas e de Três Barras do Paraná. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando sejam encaminhados ofícios aos Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo seja asfaltada a estrada que dá acesso à Escola Agrícola Fernando Costa, em Santa Mariana, numa extensão de aproximadamente 1.000 metros. Solicita, outrossim, que no entroncamento da referida estrada com a Rodovia BR-369, seja construído um abrigo para pedestres. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Senhores Ministro da Justiça, Governador do Estado e ao Secretário de Segurança, encarecendo a recuperação pelas autoridades brasileiras dos veículos roubados que diariamente são levados para aquele País, solicitando ainda, providências no sentido de reforçar o policiamento na região oeste, visando conter a onda de roubos e assaltos. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao Jornal “Gazeta do Povo” e seu diretor pelo lançamento de campanha em favor do desenvolvimento do Paraná. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Mansur, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações e transcrição nos Anais da Casa, de matéria da “Gazeta do Povo”, intitulado “ENERGIA A CUSTO ZERO PARA OS PÓLOS INDUSTRIAIS NO PARANÁ”. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando apoio ao projeto substitutivo apresentado no Senado estabelecendo que o preço mínimo de garantia do café não será inferior a 75% da média dos diversos preços de registro do produto fixado pelo IBC. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente à TELEPAR, encarecendo a instalação de telefone público, para o Conjunto Vila Formosa — próximo ao Jardim da Saudade, nesta Capital. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao empresário Francisco da Cunha Pereira Filho, manifestando apoio desta Casa de Leis à sua tese de fornecimento de energia a custo zero para a criação de pólos industriais no Estado e também para a Ferrovia da Soja, por um

prazo mínimo de 30 anos. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Conselho Nacional de Petróleo, ao Ministério da Agricultura e aos Ministérios da área econômica, sugerindo medidas que possibilitem a utilização do BIOGÁS, em veículos automotores utilizados no trato da agropecuária. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de apelo ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, no sentido de que na proposta da Nova Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, seja criada a Comarca de Pinhão, desvinculando-se da Comarca de Guaruapuava. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente à SANEPAR, encarecendo medidas urgentes a fim de que sejam atendidos com abastecimento de água tratada, os moradores do Conjunto Vila Formosa — próximo ao Jardim da Saudade, nesta Capital. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente à COPEL, encarecendo providências no sentido de providenciar iluminação pública na via de acesso ao Conjunto Vila Formosa, próximo ao Jardim da Saudade, nesta Capital. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dácio Leonel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex ao Sr. Ministro da Justiça, apoiando as iniciativas do referido Ministério no combate à licenciosidade nos meios de comunicação. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, sugerindo a implantação do 13.º salário a partir deste ano para o servidor público estadual. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi, Lineu Turra, Fidelcino Tolentino, Erondy Silvério e Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de sugestões à Comissão Especial do Tribunal de Justiça, que elabora projeto de Organização e Divisão Judiciária do Paraná. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Senhores Ministros do Planejamento, Ministro da Indústria e Comércio e Ministro das Minas e Energia, manifestando a solidariedade desta Casa à proposição de fornecimento de energia elétrica a custo zero, em prazo de 30 anos, para a criação de pólos industriais no Estado do Paraná e à Ferrovia do Soja, apresentada pelo ilustre Diretor do Jornal “Gazeta do Povo”. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando informações à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, indagando sobre os motivos que levaram a empresa, a afastar o professor Celso Saveli Gomes, do desenvolvimento do projeto de produção de BIOGÁS, ora em execução na Universidade Católica do Paraná. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando informações à Secretaria de Segurança Pública, no que diz respeito ao número de furtos de veículos automotores. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor à Rádio Capital e ao repórter Roberto Lopes,



em virtude da esplêndida cobertura que vêm dando às atividades da Assembléia Legislativa. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de Telex ao Senhor Ministro Mário Andreazza, encarecendo a revisão das prestações dos mutuários do BNH. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Senhor Diretor da COPEL, encarecendo imediatas providências no sentido de ser estendida a rede de energia elétrica na Vila Anchieta, na sede do Município de Roncador. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Senhores Secretários de Estado da Educação e dos Recursos Humanos, encarecendo que as vagas para a promoção vertical por habilitação atendam às necessidades reais do Magistério Estadual. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Senhores Governador do Estado, Secretário das Finanças e dos Recursos Humanos, encarecendo a realização de estudos visando determinar a possibilidade da concessão de um reajuste de 40% ao funcionalismo público estadual, a partir de 1.º de julho próximo. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Domingos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário dos Recursos Humanos encarecendo sejam apressados os estudos que estão sendo efetuados naquela Pasta, visando a implantação imediata do benefício da contagem recíproca ao funcionalismo público do Estado do Paraná. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício aos Senhores Secretário da Segurança Pública do Estado e ao Chefe da Polícia Civil do Paraná, encarecendo urgência na apuração dos atos de violência praticados contra o agricultor Hélio Moisés Sabino, nas dependências da Delegacia de Polícia do Município de Matelândia, e que sejam punidos os responsáveis. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício aos Senhores Secretário de Estado dos Transportes, ao Diretor do D.E.R. e aos Prefeitos Municipais de Piraquara e Quatro Barras, encarecendo providências para a construção de uma ponte na estrada que liga as duas cidades, com extensão de 9 km. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de apelo ao Procurador Geral do Estado, no sentido de determinar a conclusão do inquérito, presidido pelo Dr. Hécio B. Silva, aberto na Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fidelcio Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Senhor Secretário de Segurança Pública, pedindo ação decidida e eficaz no combate ao roubo de veículos e assaltos no Município de Capitão Leônidas Marques. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de Telex ao Senhor Presidente da República, encarecendo a criação de subsídios para o leite. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Senhores Governador do Estado,

Ministro do Trabalho, Secretário da Indústria e Comércio e ao Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, no sentido de sensibilizá-los para que seja mantido o horário comercial em vigor nesta Capital. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças do Estado do Paraná, encarecendo estudos e medidas concedendo aos contribuintes do I.C.M. maior prazo para recolhimento desse tributo. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente de sessão anterior, solicitando estudos que visem modificar o sistema de recolhimento de I.C.M. pelas pequenas empresas, que atualmente é apurado e recolhido mensalmente para apuração e recolhimento anualmente, dispensando ainda a obrigatoriedade de escrituração do livro de entrada e saída de mercadorias. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. General Oziel de Almeida, Presidente do CNP, encarecendo a realização de estudos visando a implantação de um subsídio de 35% sobre o preço do litro de gasolina, para os motoristas de táxi. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, com o apoio do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Educação, consubstanciado em apelo, no sentido de que sejam tomadas as medidas necessárias a fim de que a Faculdade de Ciências e Letras de Apucarana volte às atividades docentes normais. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de repúdio ao Governo de Israel pelo ato criminoso, quando autorizou a sua aviação militar para bombardear a usina nuclear "Osiris", de propriedade do Governo Iraqueano. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de aplauso ao Programa "Paraná Aqui e Agora", da TV IGUAÇU - CANAL 4, comandado pelo jornalista Milton Ivan e apresentado pelo Sr. Ari Soares. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando voto de louvor à professora Zélia Milleo Pavão, da Universidade Federal do Paraná, por sua manifestação a respeito dos desvios da Pré-Escola em nosso País, e que foi objeto de reportagem pelo jornal "Gazeta do Povo", sob o título "Pré-Escola não Cumpre os seus Objetivos". — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo a remoção do Delegado de Polícia de Santa Helena, em face de atos de violências e de corrupção que vêm sendo praticados pelo mesmo. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando manifestação desta Casa ao Governo Federal, sugerindo a compra de carne suína pela COBAL. — Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, sexta-feira, dia 12, às 10:00 horas, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.